

PROFESSORES HOMOSSEXUAIS: SUAS VIVÊNCIAS FRENTE À COMUNIDADE ESCOLAR

Luana MOLINA¹

Mary Neide Damico FIGUEIRÓ²

58

RESUMO: Este trabalho tem como objetivo apresentar uma discussão referente à problemática da vivência diária do professor/professora homossexual frente à instituição escolar, cujo pressuposto inicial parte da premissa que estes professores sofreram e vem sofrendo, algum tipo de preconceito devido sua orientação sexual. No desenvolvimento, partimos para uma abordagem qualitativa e fundamentando-se na análise de discurso, ou seja, conhecendo as experiências de professores e professoras por meio de suas narrativas. Para isso foram entrevistados dois professores gays e uma professora lésbica, todos com ensino superior, que atuam ou atuaram no Ensino Fundamental II e no Ensino Médio. Nossa estratégia metodológica acontece em duas situações: A primeira, por meio de um questionário prévio composto de dez questões de identificação pessoal no intuito de traçar um perfil dos entrevistados. No segundo momento, entrevistas semi – estruturadas, com perguntas que focaram mais especificamente a percepção dos professores/professoras sobre a homofobia na escola. Nosso resultado é composto por relatos onde pudemos identificar a escola como um ambiente que reflete o sexismo que perpassa toda a sociedade, reproduzindo com frequência, as estruturas sociais, reforçando os preconceitos e privilégios de um sexo sobre o outro. Desta forma, percebemos que o heterossexismo está tão arraigado na cultura, que se torna invisível em muitas de suas atitudes quase sutis, como por exemplo, em brincadeiras e piadas. O universo escolar reproduz os preconceitos da sociedade e, na tentativa de evitar o convívio dos alunos heterossexuais, com pessoas homossexuais, faz da homossexualidade o maior alvo da discriminação. Concluímos, portanto, que as desigualdades entre os sexos e a marginalização dos homossexuais acabam gerando vítimas de uma sociedade inacabada, de repressão, opressão e desinformação. Por fim, está sociedade esta em constante afirmação dos preconceitos por meio de uma conduta sócio-cultural discriminadora. Acreditamos que a alternativa para eliminar a homofobia seria problematizar, isto é, estimular a reflexão a todo o momento em que a assimetria entre os gêneros e as diferentes orientações sexuais (heterossexuais, homossexuais, bissexuais) manifestarem-se no cotidiano. A partir disso, vemos a importância da Educação Sexual como oportunidade de assumirmos uma postura de igualdade e respeito entre os seres humanos, uma vez que a educação sexual no ambiente escolar, assume uma postura de alicerce para centralizar as discussões sobre diferenças, trocas de informações, diálogos, debates e discussões.

PALAVRAS-CHAVE: Orientação sexual. Sexualidade. Homossexualidade. Escola. Professores.

Amar alguém do mesmo sexo, entregar-se à dor e à delícia de sentir-se apaixonado como em qualquer relacionamento no qual criamos laços de ternura, torna-se mais difícil para os homossexuais, uma vez que os riscos do encontro e desencontro de amar alguém simbolizam romper com o mundo sociocultural em que os indivíduos estão inseridos. Um

¹ Mestre em História Social. UEL - Universidade Estadual de Londrina. Londrina – PR – Brasil. 86051-980 - lppmolina@hotmail.com.

² UEL - Universidade Estadual de Londrina. Londrina – PR – Brasil. 86051-980 - figueiro@onda.com.br .

mundo que esconde as diversas faces do amor e prega um discurso heterossexista, levando a maioria dos homossexuais a uma árdua luta por sua identidade, autonomia e direitos. Direitos como seres humanos. Direito ao amor.

Ser homossexual, reconhecer-se homossexual, traz à tona a revolução dos tempos, sentimentos e sonhos de milhares de pessoas. Portanto, retrataremos uma pequena parcela dessa luta, que incansável, dedica-se à grande revolução do amor.

Ao trabalhar a homossexualidade inserida em nossa tradição ocidental judaico-cristã, lidamos com uma temática que foi, e ainda é, de alguma maneira, vista e tratada como um pecado abominável, um crime, uma imoralidade. Segundo o antropólogo Luiz Mott, a importância de estudar sobre a homossexualidade na realidade brasileira é ter a possibilidade de desvendar as raízes do preconceito em nossa sociedade, contribuindo para erradicar a intolerância e a crueldade contra os homossexuais.

Dentro da diversidade sexual, os grupos de *gays, lésbicas, travestis e transexuais* são vítimas de preconceitos e discriminações, devido à sua orientação sexual e à identidade de gênero. A homofobia, preconceito contra pessoas que se relacionam afetivo-sexualmente com outras do mesmo sexo, é diariamente marcada por gestos, olhares, palavras, discursos, agressões e até mesmo assassinatos, que Luiz Mott, em seu livro “Homossexualidade: Mitos e Verdades” retrata como um ódio doentio contra aqueles que ousam transgredir a ditadura heterossexista:

A este ódio mórbido contra a homossexualidade a Psicologia chama de *homofobia internalizada*, provocando nestes doentes, sintomas diversos, incluindo neurose de frustração sexual, suicídio e atos de violência, como agressões e assassinato sádico de homossexuais. (MOTT, 2003, p.23, grifo do autor).

A homossexualidade foi ao longo dos tempos e das diferentes culturas, motivo de punição, vergonha, segregação e violência contra todos aqueles que atravessassem a fronteira da heteronormatividade³. Desta maneira, encontramos neste artigo, pontuações contextualizações sobre a desconstrução do ser homossexual, pluralizando os discursos da identidade de gênero, para que possamos compreender a urgência das políticas identitárias e a ascensão do movimento homossexual.

³ Entendemos por heteronormatividade a obsessão com a sexualidade normatizante heterossexual, através de discursos que descrevem a situação homossexual como desviante e imoral. Coloca-se desta maneira, segundo Débora Britzman (1996), uma imagem de identidade sexual heterossexual como “normal” e “natural”.

Rosa Maria R. Oliveira pontua a necessidade de trabalharmos o conceito de gênero de forma mais livre e menos rigorosa e, não como um lugar privilegiado nos conflitos sociais de maneira a assegurar uma reprodução social dentro da dicotomia homens/mulheres. As análises sociológicas das relações de Gênero, sustentadas pelos conceitos de papéis sexuais, desafiaram essa visão essencialista da biologia sobre as identidades humanas à medida que proporcionaram o questionamento referente à construção histórico-cultural das pessoas e à importância do meio sociocultural em sua formação. Assim:

O estudo de gênero e sua compreensão surgem pela forma como a cultura expressa as diferenças entre homens e mulheres e de que modo a caracterização das diferenças inerentes ou aprendidas entre os sexos pode servir como ponto auxiliar para compreensão da exclusão das pessoas que vivem a experiência homoerótica como entes capazes de direitos e obrigações. (OLIVEIRA, 2009, p.16).

Os sujeitos aprendem o conceito de *status sexual*, segundo essa autora, através dos comportamentos apropriados a esse status, ou seja, é dentro desta linha que se conceberá a masculinidade e a feminilidade, que se convertem em identidades psicológicas a cada pessoa. Portanto, a participação diversa dos homens e mulheres nas instituições sociais, econômicas, políticas e religiosas é marcada pela identificação dos diferentes papéis sexuais, incluindo atitudes, valores e expectativas que uma dada sociedade conceitualiza como femininas ou masculinas.

Assim, ao dizer que as relações de gênero são construídas socialmente, isso implica dizer que elas se dão de forma diferente de uma sociedade para outra e em épocas diferentes; ou seja, os sujeitos históricos têm suas relações fundamentadas por um padrão dominante no gênero como: homem/mulher, provedor/reprodutor, público/privado, dominação/submissão.

Ao estudarmos sobre a homossexualidade e, conseqüentemente, a desconstrução dos papéis sexuais do feminino e masculino, devemos repensar a representação e os discursos de identidade, do conhecimento e do poder cultural que circulam no aparato do saber/poder na sociedade, para que possamos (re)analisar e (re)construir o discurso da própria sexualidade.

Débora Britzman afirma que pensar a identidade significa não apenas ver esses elementos como efeitos constitutivos das relações sociais e da história, mas também como capazes de rearticular o desejo e o prazer. Quando se trata de questões de desejo, de amor e de afetividade, a identidade é capaz de surpreender a si mesma; de criar formas de sociabilidade, de política e de identificação que desvinculem o eu dos discursos dominantes da biologia, da natureza e da normalidade.

Nenhuma identidade sexual – mesmo a mais normativa – é automática, autêntica, facilmente assumida; *Nenhuma* identidade sexual existe sem negociação ou construção. Não existe, de um lado, uma identidade heterossexual lá fora, pronta, acabada, esperando para ser assumida e, de outro lado, uma identidade homossexual instável, que deve se virar sozinha. Em vez disso, toda identidade sexual é um construto instável, mutável e volátil, uma *relação social* contraditória e não finalizada. (BRITZMAN, 1996, p.74, grifo do autor).

Ainda segundo essa teórica, os mitos criados acerca da homossexualidade, ao longo dos tempos, acabam por eficazmente produzir noções normativas que posicionam a heterossexualidade como sendo a sexualidade estável e natural, inviabilizando o sujeito homossexual de vivenciar com plenitude seus direitos como cidadãos, levando-o a um isolamento social e emocional. Assim entendemos que:

[...] A identidade heterossexual normativa exija que se construa, ao mesmo tempo, a homossexualidade como falta o que se deixa de pensar é que *todas* as sexualidades devem ser construídas, que nossas práticas e interesses são socialmente negociados durante toda nossa vida e que a moldagem sexual não precisa estar presa a estruturas de dominação e sujeição. (BRITZMAN, 1996, p.91, grifo do autor).

Neil Franco (2009) explica que a homossexualidade passou a referir-se a uma pessoa distinta, tornando-se o oposto em relação à heterossexualidade após a consolidação das sociedades industrializadas ocidentais, o que não acontecia antes do século XIX. Desta forma, na segunda metade do século XX, os processos de industrialização, urbanização e desenvolvimento socioeconômico foram representativos na estruturação de identidades gays e lésbicas em diversas sociedades ocidentais, inclusive na brasileira.

Portanto, acreditamos que, em vez de ver a questão da homossexualidade como sendo de interesse apenas para aquelas pessoas que são homossexuais, devemos considerar a forma como são construídos os discursos identitários dominantes da heterossexualidade que produzem seu próprio conjunto de ignorâncias, tanto sobre a homossexualidade quanto sobre a heterossexualidade, alimentando a homofobia e inviabilizando as possibilidades de sentimentos e experiências do sujeito no seu universo sexual.

A escola como lugar das diferenças e da homofobia

Acreditamos que a escola delimita espaços, apontando aqueles(as) a serem modelos, permitindo ainda, que os sujeitos se reconheçam, ou não, nesses moldes. Caso, não haja esse

reconhecimento, ela se torna mais do que discriminatória, pois se torna também, incompetente, ineficaz e insuficiente, no sentido de abrangência das diferenças.

As discriminações por gênero, etnia e orientação sexual são reproduzidas em todos os espaços da sociedade brasileira, incluindo o espaço da escola. O Brasil tem se esforçado para conseguir erradicar essas desigualdades; tem sido signatário de documentos em prol da igualdade de direitos e tem criado diversos projetos, programas e leis que incluem a equidade de gênero como condição fundamental para o respeito às diferenças. Mas não bastarão leis e projetos, se não houver transformações mais estruturantes nas práticas cotidianas de homens e mulheres. No caso de considerarmos a escola como um espaço privilegiado de transformação social, deveremos incentivar ações que estimulem reflexões individuais e coletivas, a começar com a discriminação contra seu próprio corpo docente que tem como orientação sexual a homossexualidade.

O ambiente escolar deve ser caracterizado por subsidiar a construção da autonomia e criticidade, não somente de seus alunos, mas principalmente de todas as pessoas que compõem seu cenário para que, desta maneira, também possamos alcançar a reflexão que leve a uma promoção da equidade de gênero no espaço escolar.

Entendemos a escola como um lugar que deve privilegiar a formação cidadã e a transformação social. Segundo Diniz e Lionço, é necessário percebermos que ao construir e transmitir conhecimento, a escola também fabrica sujeitos e subjetividades, pois ela:

[...] Reproduz padrões sociais, iníquos, perpetua concepções e valores hegemônicos, naturaliza relações autoritárias, reitera hierarquias opressivas, sanciona clivagens sociais e legitima a acumulação desigual de recursos e prestígio. (LIONÇO; DINIZ, 2009, p.162).

É importante tomarmos consciência que a educação é um produto cultural, uma vez que é construída histórica e culturalmente, como um processo disciplinador, normalizador e reproduzidor de desigualdades. Dagmar Meyer (2003), em seu texto “Gênero e educação: teoria e política”, pontua o espaço escolar e suas práticas pedagógicas a partir de uma identidade que é norma, aceita e legitimada, sendo heterossexual, de classe média e judaico-cristã. Assim, o âmbito escolar como espaço da diferença é reduzido às instâncias sociais, envolvidas pelo efeito dessa produção. Portanto, será a diferença que marcará e reduzirá o indivíduo ou grupo de indivíduos a ela.

Devemos perceber o espaço escolar em toda sua dimensão como um campo político, desde currículo, disciplinas, normas regimentais, formas de avaliação, tipos de materiais

didáticos, que acabam por refletir e produzir as desigualdades de gênero, de raça e etc incentivando o preconceito e a discriminação. Por isso, atualmente, por meio de algumas políticas públicas, como o caso do Programa Brasil sem Homofobia, o espaço escolar brasileiro vem sendo repensado de maneira a contribuir de forma mais eficaz no enfrentamento do que impede ou dificulta a participação social e política e que, ao mesmo tempo, contribui para a reprodução de lógicas perversas de opressão e incremento das desigualdades.

Os valores e os modelos de conduta produzidos na escola e transmitidos por ela, tanto por meio dos conteúdos da educação formal, como através da interação cotidiana com colegas, educadoras e educadores, encarnam todos os preconceitos e as desigualdades que são comuns na sociedade, legitimando-os pelo peso da instituição educativa e pela sanção coletiva da comunidade escolar. Guacira Lopes Louro observa que, embora não se possa atribuir à escola o poder e a responsabilidade de explicar identidades sociais ou de determiná-las de forma definitiva, é necessário reconhecer que “[...] suas proposições, suas imposições e proibições fazem sentido, têm ‘efeitos de verdade’, constituem parte significativa das histórias pessoais.” (LOURO, 1999, p.21). Guacira Lopes Louro deixa claro a ideia da escola como um espaço de construção das diferenças, nesta sua observação:

Diferença, distinções, desigualdades... A escola entende disso. Na verdade, a escola produz isso. Desde seus inícios, a instituição escolar exerceu uma ação distintiva. Ela se incumbiu de separar os sujeitos – tornando aqueles que nela entravam distintos dos outros, os que a ela não tinham acesso. Ela dividiu também, internamente, os que lá estavam, através de múltiplos mecanismos de classificação, ordenamento, hierarquização. A escola que nos foi legada pela sociedade ocidental moderna começou por separar adultos de crianças, católicos de protestantes. Ela também se fez diferente para os ricos e para os pobres e ela imediatamente separou os meninos das meninas. Concebida inicialmente para acolher alguns – mas não todos – ela foi, lentamente, sendo requisitada por aqueles aos quais havia sido negada. Os novos grupos foram trazendo transformações à instituição. Ela precisou ser diversa: organização, currículos, prédios, docentes, regulamentos, avaliações iriam, explícita ou implicitamente, “garantir” – e também produzir – as diferenças entre os sujeitos. (LOURO, 1999, p.57).

Dessa forma, acreditando que a escola seja um reflexo ativo da sociedade, de que maneira esse ambiente lida com professores cuja orientação sexual é a homossexualidade?

A escola acaba por inviabilizar a possibilidade de trabalharmos questões referentes à sexualidade, discriminando esses professores e refletindo o sexismo que perpassa toda a

sociedade, reproduzindo com frequência as estruturas sociais, reforçando os preconceitos e privilégios de um sexo sobre o outro.

Portanto, a escola atua tanto na instrução como ainda na interiorização de hábitos e valores que possam dar suporte à sociedade em construção, preparando as crianças e jovens, moral e fisicamente, tendo por base a educação do corpo; ou seja, capazes de expressar e exhibir os signos, crenças, normas e as marcas corporais da sociedade. Mais do que isso, a escola tende a reproduzir as assimetrias sociais entre os gêneros reforçando privilégios e preconceitos de uns sobre outros.

O campo escolar deve ser visto como um espaço social, onde, em meio ao seu cotidiano, é um gerador de conflitos, tensões e disputas em torno de concepções de escola, currículo, docência, livro didático, sociedade, Estado, público/privado, família, direitos e etc. As autoras Lionço e Diniz, completam:

[...] Essas tensões se atrelam a dinâmicas de produção e atualização de hierarquias e processos de (des)legitimação, (des)qualificação, inclusão e exclusão de sujeitos, saberes, modos de ver, práticas e agendas políticas e educacionais. (LIONÇO; DINIZ, 2009, p.163).

Desta maneira, as discussões de temáticas referentes à diversidade sexual e aos direitos sexuais nas escolas necessitam de suporte de políticas públicas na área da educação e de mobilizações sociais que objetivem desestabilizar a produção de hierarquias, opressões e padrões heteronormativos, que histórica e culturalmente moldam as relações de gênero.

Se a sociedade é constituída por uma diversidade de culturas, crenças, etnias, estilos de vida entre outras variadas características, a escola, por ser a representação desta sociedade, tende a reproduzir todas as relações sociais, inclusive as práticas de discriminação (mais especificamente a homofobia) em suas salas de aulas, pátios, corredores, banheiros, enfim, em todos os espaços por onde circulam estudantes, funcionários em geral e professores (FACCO, 2009).

Neste trabalho retratamos uma das grandes marcas de desigualdade que se encontra inserida no cotidiano de milhares de sujeitos: a homofobia. Este é um termo criado para designar, especificamente a aversão, o ódio ou a discriminação contra pessoas homossexuais. Entendemos o preconceito e sua fundamentalização discriminatória como um:

[...] tratamento desfavorável dado habitualmente a certas categorias de pessoas e/ou grupos. Refere-se a processos de controle social que

servem para manter a distância social entre determinados grupos, através de um conjunto de práticas, mais ou menos institucionalizadas, que favorecem a atribuição arbitrária de traços de inferioridade. (CANDAUI, 2003, p.18).

Ressaltamos que a homofobia é um problema social e político muito grave e que deve ser estudada dentro de uma variante que irá se modificar de intensidade e frequência, de acordo com cada sociedade e no interior de sua cultura.

Junqueira esclarece, em seu artigo que o termo homofobia é um neologismo resultante da justaposição de dois radicais gregos – ὁμός (semelhante) e φόβος (temor, medo). O conceito logo teve sua abrangência semântica ampliada e passou a englobar uma variada gama de sentimentos e atitudes negativas em relação aos homossexuais e à homossexualidade.

Com efeito, nesse sentido, o termo costuma ser insistentemente empregado em referência a conjuntos de emoções negativas (tais como aversão, desprezo, ódio, desconfiança, desconforto ou medo) em relação a pessoas homossexuais ou assim identificadas. Essas emoções, em alguns casos, seriam a tradução do receio (inconsciente e “doentio”) de a própria pessoa homofóbica ser homossexual (ou de que os outros pensem que ela seja). Assim, seriam indícios (ou “sintomas”) de homofobia o ato de se evitarem homossexuais e situações associáveis ao universo homossexual, bem como a repulsa às relações afetivas e sexuais entre pessoas do mesmo sexo. (JUNQUEIRA, 2009, p.370).

Ainda segundo esse autor, a íntima relação entre homofobia e normas de gênero tanto se traduz em noções, crenças, valores, expectativas, quanto em atitudes, edificação de hierarquias opressivas e mecanismos reguladores discriminatórios bastante amplos. Assim, pode comportar drásticas consequências a qualquer pessoa que ouse descumprir os preceitos socialmente impostos em relação ao que significa ser homem e ser mulher:

A homofobia, nesse sentido, transcende tanto aspectos de ordem psicológica, quanto a hostilidade e a violência contra pessoas homossexuais, bissexuais, travestis, transexuais e intersexos etc. Ela, inclusive, diz respeito a valores, mecanismos de exclusão, disposições e estruturas hierarquizantes, relações de poder, sistemas de crenças e de representação, padrões relacionais e identitários, todos voltados a naturalizar, impor, sancionar e legitimar uma única seqüência sexo-gênero-sexualidade, centrada na heterossexualidade e rigorosamente regulada pelas normas de gênero. (JUNQUEIRA, 2009, p.375).

Mesmo atualmente presenciando um período de possível reconhecimento da homossexualidade como mais uma manifestação da diversidade sexual, como são os casos das

lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais, percebemos este reconhecimento ser anulado cotidianamente em virtude das consequências da homofobia. Esta violência manifesta-se de diversas maneiras, e a sua forma mais grave resulta em ações de agressões verbais e físicas, podendo levar até ao homicídio:

Sabemos, portanto, que gays, lésbicas e transgêneros não apenas tem menos direitos do que os indivíduos heterossexuais, mas que também estão mais sujeitos à violência, à discriminação e ao preconceito em diversos âmbitos da vida social, tanto na vida adulta quanto na infância e na juventude. (MELLO; GROSSI; UZIEL, 2009, p.161).

A homofobia tem origem nas motivações que fundamentam o racismo e qualquer outro preconceito. Nomeadamente, uma oposição instintiva a tudo o que não corresponde à maioria com que o indivíduo se identifica e às normas implícitas e estabelecidas por essa mesma maioria.

Desta maneira, o preconceito constitui-se, dentro desta conceituação, uma via de mão dupla que servirá para resistir a uma ameaça ao diferente e também para mantê-lo à distância – vale ressaltar que a reprodução do preconceito enaltece uma postura de desconfiança, hostilidade, entre outras possibilidades de agressões.

Para o desenvolvimento desta pesquisa (MOLINA, 2010), partimos para uma abordagem qualitativa, a qual possibilita à pesquisadora estabelecer a interação com o sujeito pesquisado e com o contexto sociocultural em que está inserido. A partir disso, nossa intenção fundamenta-se na análise do discurso, conhecendo as experiências de professores e professoras por meio de suas narrativas e, intencionalmente, desta maneira, realizamos um encontro na história de vida de cada sujeito para retirarmos fragmentos que possam ter sido significativos para eles e elas em determinados momentos de suas vivências, por meio do foco do nosso trabalho, no caso, a homofobia no espaço escolar.

Nossa intenção foi descobrir como estas experiências foram se constituindo, pois pensamos na história como um tempo narrado, um tempo constituído de fragmentos e singularidades, ou seja, o que nos interessa são as experiências no sentido proposto por Larrosa (1994, p.21): “A experiência é o que nos passa, o que nos acontece, o que nos toca”.

O uso das narrativas como fonte documental traz consigo a possibilidade de nos aproximarmos ou compreendermos como estas pessoas que narram suas histórias vivem suas vidas de maneira individual e socialmente. Desta forma, os estudos da narrativa são o estudo da forma como os seres humanos experienciam o mundo onde estão inseridos.

Para Larossa, as narrativas são uma modalidade discursiva, na qual as histórias que contamos e as histórias que ouvimos, produzidas e mediadas no interior de determinadas

práticas sociais, passam a construir a nossa história, a dar sentido a quem somos e a quem são os outros, constituindo assim as identidades de gênero, sexual, racial, religiosa, profissional, de classe social, entre outras. Como vemos:

[...] a construção do sentido da história de nossas vidas e de nós mesmos nessa história é, fundamentalmente, um processo interminável de ouvir e ler histórias, de mesclar histórias, de contrapor umas histórias a outras, de viver como seres que interpretam e se interpretam em tanto que estão se constituindo nesse gigantesco e agitado conjunto de histórias que é a cultura [...] (LAROSSA, 1994, p.56)

Ao optar por esse tipo de investigação, é preciso considerar que as narrativas são construídas e reconstruídas em relação a textos – da família, da igreja, da escola, da mídia, entre outros. A narrativa é produzida a partir das vivências e suas relações sociais, ou seja, elas acontecem em um determinado momento histórico-social.

Neste trabalho foram realizadas entrevistas com dois professores gays e uma professora lésbica, todos com ensino superior completo, que atuam ou atuaram no Ensino Fundamental I e II e/ou Ensino Médio. A professora possui 36 anos, atua há 12 anos na rede estadual do Paraná, na disciplina de matemática. Já um dos professores, possui 44 anos e atuou na Rede Privada de Ensino e em cursinhos pré-vestibulares, ao longo de 9 anos, ministrando a disciplina de História. O outro professor tem 39 anos e atuou no Ensino Médio e em cursinhos pré-vestibulares durante 10 anos na área de Literatura.

A princípio, a ideia era que trabalhássemos com cerca de 3 professores gays e 3 professoras lésbicas, somando 6 entrevistados ao todo. Mas, ao longo do desdobramento do trabalho foram encontradas muitas dificuldades em localizar professores que sentiam-se a vontade em participar do projeto, falando sobre suas experiências pessoais, focando principalmente em situações de homofobia. Mesmo diante deste problema, alguns outros professores desistiram na última hora pelo conflito de falta de horário a disponibilizar para a realização das entrevistas. Devido a estes casos, trabalhamos com 3 pessoas que foram suficientes para abranger o conteúdo em sua toda intensidade e urgência nos relatos aqui coletados sobre o preconceito contra os homossexuais no âmbito escolar.

As vozes de professores e professoras homossexuais nas escolas

Como professores e professoras homossexuais vivenciam e se defrontam com questões referentes à homofobia, quando esta, de maneira sutil e por vezes, com certa invisibilidade, perpassa nossa cultura coletiva e instâncias sociais, como o caso do espaço escolar? De que maneira, as permanências e rupturas dessa homofobia, construída dentro de nosso contexto cultural, se confrontam, permanecem, tensionam e refletem a interpretação da realidade e de vivência destes professores?

A prática discriminatória perpassa este ambiente, refletindo os processos discriminatórios internalizados na sociedade, construídas pelo olhar social, que é um olhar dominante, mirando para a negação do outro. Por isso, nossos relatos neste momento, refletem a vivência desses professores frente à homofobia na escola:

E na rede particular eu era professora em uma escola de irmãs [...], assim que eu resolvi vivenciar isso, eu contei a elas e fui mandada embora. Mas antes dessa despedida da escola, eu fiquei ainda numa sala por dois meses, porque eles ainda não sabiam como iriam fazer esta dispensa, sem que gerasse um conflito por parte trabalhista. Enquanto isso, eles me deram trabalhos manuais para fazer em uma salinha, e que eu não pudesse ter contato com os alunos e nem com os colegas de trabalho. (Profª. Cristina).

A Professora ainda afirma que:

Por parte dos alunos eu não sentia discriminação, mas por parte dos colegas e da escola foi muito visível.

Ao perguntar sobre seus sentimentos e postura nesta situação específica, vivenciada na escola que exercia a docência, ela respondeu:

[...] foram dois meses muito difíceis, porque eu ainda estava me descobrindo, começando esse relacionamento, ela também era casada, a gente tinha saído de casa para morar juntas e vivenciando tudo is[...] so, essa falta de emprego e esse desespero de não saber o que íamos fazer da vida [...] Eu cheguei a entrar com um processo em Cornélio, como todo mundo sabia, os juízes, advogados, promotores, não havia como o colégio alegar que não foi por isso, porque neste colégio eu dava aulas para pessoas de classe média alta da cidade. Então quando minha sentença saiu, foi uma sentença lindíssima, muito bem colocada, pontuada, a juíza foi iluminada, então assim, colocou tudo de maneira belíssima. E eu ganhei em primeira instância e quando eles recorreram e foi para Curitiba, o desembargador de lá colocou como falta de provas [...]

O Professor Celso, ao responder sobre se vivenciou algum tipo de homofobia na escola, respondeu:

[...] não me lembro de nenhum preconceito comigo. Eu nunca percebi nenhuma violência, discriminação pelo fato de eu ter sido bissexual ou ser homossexual.

Porém, ao ser questionado se conhecia algum outro professor ou professora homossexual que haviam sofrido com a homofobia, ele relatou:

Sim, sim. Eu tive colegas que trabalharam comigo [...], ele era negro, bailarino e gay. Eu acho que a questão com ele era mais complicada, porque ele era um gay bastante afetado, extremamente criativo, mobilizava a escola de uma maneira muito interessante. Por ser negro, então, as pessoas o julgavam pela cor da sua pele, pela sua sexualidade e ele era muito desvalorizado.

O professor Caio, de Literatura, ao ser questionado sobre algum tipo de discriminação devido à sua orientação sexual diz:

Com a direção, eu sempre dou muita sorte, morando, no estado de São Paulo nessa história de cursinho eu viajava com um professor de História, que se tornou muito meu amigo e era casado com uma moça que fez faculdade comigo, que tinha feito Letras, aí viajávamos os dois por várias cidades do interior dando aulas e uma delas era aqui em Londrina, num colégio daqui, que fomos contratados. E o que aconteceu foi: A droga da escola chamou esse professor para perguntar sobre mim (esse professor de História), se ele sabia, se eu tinha tido alguma história com aluno, como era o meu comportamento e ele falou:

- “Você esta perguntando isso por quê?”

- “Não. É porque a gente quer contratar, ele é um professor muito bom.”, e ele:

- “Você vai perguntar pra ele se ele tem esse tipo de problema? Isso você faz com todos os professores? Porque se você estiver tendo só com ele, eu não vou nem contar pra ele que isso tá acontecendo, só vou falar que não deu certo e a gente não vai trabalhar.”

- “Não, não é isso, pelo amor de Deus...”

- “Não, porque a competência profissional, não sei se é assim que você mede, mas você me ofende vindo perguntar pra mim sobre a vida dele. Você me ofende como professor, como educador, se eu cheguei aqui com ele. Você não perguntou pra mim se eu sou gay; por que ele você pergunta?”

E conclui sua narrativa sobre este fato específico:

Eu realmente tive bons amigos, porque quantos faziam isso? Porque esse cara tem um diferencial, ele era educador, era um professor de

História que não deixaria passar isso. Eu não sei se há muitos assim, profissionais da educação que têm essa visão que eu acho que é necessário

Diante destes relatos, entendemos a escola como um lugar que fala, se posiciona, de acordo com seu perfil pedagógico, seus funcionários, se é de caráter religioso ou não, a classe social que engloba a população discente e docente, ou seja, há vários tipos de escolas, sejam particulares, como públicas de periferias ou de zonas centrais, religiosas, laicas e assim por diante, possuindo populações heterogêneas do ponto de vista das multiplicidades sociais que as habitam.

E são estas diferenciações que trarão luz a uma homofobia mais sutil ou mais brutal. Desta maneira, os dois relatos que temos são dois relatos de professores que obtiveram diferentes vivências pessoais no âmbito profissional, de acordo ao que se referem a sua homossexualidade. Enquanto um não sofreu diretamente com algum tipo de discriminação, nossa outra professora foi mandada embora e proibida de ter contato com seus alunos. Já esta mesma professora, ao reassumir suas aulas no ensino público, apesar do trauma causado pela escola religiosa que a havia mandado embora, relatou a seguinte experiência:

[...] o corpo docente, eles achavam que eu fosse sofrer muito a repressão dos alunos, porque aluno adolescente tem seu lado malvado, eles são terríveis mesmo. E minhas salas eram salas de quarenta alunos. E voltei para sala com muito medo, porque sempre fui uma professora severa, não era uma pessoa que deixava indisciplina na sala e queria continuar com a mesma postura. E devido a isso, quando eu começa a ter esse enfrentamento com eles, na minha cabeça, o meu inconsciente já vinha apitando: “Agora eles vão te xingar”, e vinha todo tipo de palavrão na minha mente; mesmo assim, eu continuava tendo a mesma postura. Em nenhum momento eles tiveram esse tipo de processo comigo, nunca revidaram, brigaram, até porque eu nunca perdi a minha postura com educação com eles, eu brigava e tudo, mas nunca os desrespeitei. E quando eu saía e batia o sinal do intervalo, eu ia atravessar o pátio para chegar à sala dos professores, via um monte de gente, aquele monte de adolescentes, me vinha na cabeça, agora eles vão gritar, agora eles vão me xingar...eu tinha medo daquilo [...]

As narrativas deixam transparecer o permanente estado de vigilância exercido ao longo de todo o processo formativo. Para Louro, a homofobia, que é consentida e ensinada nas escolas, por meio de tratamentos preconceituosos, medidas discriminatórias, ofensas, constrangimentos, ameaças, agressões físicas ou verbais, tem sido uma constante na vida escolar e profissional de jovens e adultos homossexuais.

Sobre um ato discriminatório no âmbito escolar que mais os tenha marcado, os entrevistados responderam:

Foram alguns meses depois que eu tinha assumido, eu estava em Cornélio ainda, e lá nos somos obrigados a fazer o desfile de sete de setembro envolvendo todas as escolas. [...] e eu era a madrinha do terceiro ano, estava desfilando na frente deles. Como eu trabalhei tão tranqüilo, eu não pensei que poderia estar me expondo; [...] e aí ficamos sabendo depois, porque no momento não sabíamos, que alguém pagou um garoto para me humilhar durante o desfile, e depois da primeira e segunda quadra que eu desfilei, ele gritou “Sapatão!”, e foi a primeira vez que ouvi essa palavra dirigida a mim, mas a principio eu não sabia realmente se estavam se dirigindo a mim [...] e uma quadra depois a pessoa gritou novamente e foi me seguindo repetindo aquilo em som alto, e como todo mundo sabia [...] Mais lá frente eu avistei o meu pai que estava assistindo o desfile, aí eu realmente fiquei preocupada, porque eu ser humilhada é uma coisa, mas os pais assistindo aquilo é outra. (Profa. Cristina).

Outro ponto a ser apontado por Rogério Diniz Junqueira seria a pedagogia do insulto, que se fundamenta a partir das piadas, brincadeiras, jogos, apelidos, insinuações e expressões desqualificantes, que são poderosos mecanismos de silenciamento e de dominação simbólica:

A escola configura-se, assim, como um espaço institucional de opressão, o que deve, ainda, à participação ou à omissão dos sistemas de ensino, da comunidade, das famílias, da sociedade, as instituições e do Estado. (JUNQUEIRA, 2009, p.166).

Estes comentários e expressões pejorativas tornam-se uma agressão verbal. Podemos perceber a pedagogia do insulto, por exemplo, neste relato do professor Caio sobre um acontecimento na sala dos professores:

[...] uma vez, na sala dos professores, eu fiquei um mês ali como professor. O professor de Matemática, que era um dos donos da escola, na verdade, contava muita piada na hora do intervalo. Ali tinha jornal pra ler, tinha coisa pra fazer e o cara ficava contando piada. [...] E aí um dia começou a me estressar porque ele sempre contava duas, três de loira, de mulher, de português, de pobre e chegava de, alguma forma, às vezes uma de preto, às vezes uma de gay, era uma ou outra e um dia ele contou três, aí eu estourei e falei: “Olha professor, que as mulheres no recinto não se incomodem de ter o seu cérebro comparado com ervilhas, elas riem desse tipo de coisa, ok. Mas piada de preto e de viado você não vai contar na minha frente porque eu me incluo nas duas coisas.” Foi aquele constrangimento geral, ele ficou vermelho, enfiou a cara no jornal. [...] então eu o coloquei no lugar dele e a gente nunca mais conversou.

A professora também relata um momento de constrangimento aos comentários que aconteciam no cotidiano escolar:

[...] eu lembro que na época que eu estava chegando em Londrina, estava passando a novela “Senhora do Destino”, e durante a jornada pedagógica, eu me lembro dos comentários que faziam porque as meninas da novela haviam passado a noite juntas. Eram pessoas que hoje são duas grandes amigas, mas elas faziam comentários, que quando eu ia embora, eu chorava muito em casa; até porque eu não estava acostumada a ouvir aquele tipo de preconceito, principalmente porque são pessoas estudadas neh!? Então aquilo me abalava bastante. (Profa. Cristina).

Para Louro, a escola é um dos espaços mais difíceis para os sujeitos assumirem sua condição de homossexual, pois, segundo a concepção heteronormativa:

[...] só pode haver um tipo de desejo sexual e que esse tipo – inato a todos – deve ter como alvo um indivíduo do sexo oposto, a escola nega e ignora a homossexualidade (provavelmente nega porque ignora) e, dessa forma, oferece muito poucas oportunidades para que adolescentes ou adultos assumam, sem culpa ou vergonha, seus desejos. O lugar do conhecimento mantém-se, em relação à sexualidade, como o lugar do desconhecimento e da ignorância. (LOURO, 2001, p.30).

A crença socialmente institucionalizada segundo a qual existiria apenas um modo legítimo de viver as masculinidades e as feminilidades e uma única forma “sadia e normal” de expressar-se sexualmente – a heterossexual – vem fazendo com que os sujeitos que não se enquadrem nessa representação sejam colocados e se sintam à margem, como “desviantes”, “aberrações”, “contra a natureza”. É o que observa Fernando Seffner:

As múltiplas identidades construídas no campo da sexualidade (homens homossexuais, mulheres lésbicas, travestis, transgêneros, homens bissexuais, mulheres bissexuais etc.) pode se dizer que são identidades “complicadas”, uma vez que marcadas como “desviantes”, pois as identidades “nomeadas no contexto da cultura experimentam as oscilações e os embates da cultura: algumas gozam de privilégios, legitimidade, autoridade; outras são representadas como desviantes, ilegítimas, alternativas. Enfim, algumas identidades são tão “normais” que não precisam dizer de si; enquanto outras se tornam “marcadas” e, geralmente, não podem falar por si. (SEFFNER, 2006, p.91-92).

O Ministério da Educação diagnostica esta situação de violência a que são submetidos gays, lésbicas, travestis, transexuais e bissexuais e, entre as importantes questões que enfatiza em relação a esta temática na escola, destacamos:

Sexismo e homofobia encontram na experiência escolar um dos seus mais decisivos momentos. A escola desempenha papel fundamental na construção, na introjeção, no reforço e na transformação das noções de masculinidade, feminilidade, heterossexualidade, homossexualidade, bissexualidade e transgeneridade e, por conseguinte, na formação identitária e na atuação das pessoas em todas as arenas da vida social. [...]

Entretanto, a escola é, ao mesmo tempo, um local privilegiado para a construção de uma consciência crítica e de desenvolvimento de práticas que se pautem pelo reconhecimento da diversidade e pelos direitos humanos [...]. Reside aí, portanto, a inquestionável importância de se promoverem ações sistemáticas que ofereçam as profissionais da educação bases conceituais e pedagógicas que melhor dotem de instrumentos para lidarem adequadamente com as diversidades de corpos, gêneros, identidades, sexualidades [...] (BRASIL, 2006, p.234).

Portanto, as narrativas aqui coletadas vão ao encontro do que o movimento homossexual brasileiro vem discutindo e debatendo sobre a invisibilidade desses sujeitos: “[...] ainda se configura nas escolas brasileiras a invisibilidade dos sujeitos homossexuais que cotidianamente as ocupam.” (ABGLT, 2006, p.48).

Os dispositivos pedagógicos têm atuado na constituição de normas discursivas que constituem modos da sexualidade a serem tratadas nas escolas, abordada segundo regras que controlam e legitimam os discursos autorizados, como o biológico, o da prevenção, o da reprodução:

São professores tímidos ou professores cujo movimento é agressivo, professores que se ‘encapotam’ todos, então é uma negação da presença corporal naquele espaço. [...] Se você não tem isso, e aí o que acontece: o corpo é pra sexo ou violência. As crianças mesmo, se um tocar no outro ou eles estão se batendo ou eles estão querendo fazer sexo, e essa é a abertura do outro olho, ou pior, é a abertura do olho do professor. (Prof. Caio).

Nos relatos constata-se haver na escola um cultivado e acentuado silenciamento em relação à homossexualidade, às pessoas homossexuais e aos seus modos de viver. Um silenciamento produtor e reproduzidor de outras falas, modos de ver e de agir. Institucionalmente, evita-se falar de respeito à diversidade sexual e continua-se, obstinada e ostensivamente, a ensinar e a incentivar que se pense e se aja de maneira a reprimir, marginalizar e estigmatizar as pessoas consideradas homossexuais.

Por fim, por meio de uma variedade de práticas sociais e técnicas de poder, produz-se e reproduzem-se discursos normativos sobre a sexualidade, classificando alguns casos como perversões sexuais, especialmente a homossexualidade. Desta forma, reafirma-se a homofobia em várias instâncias sociais, principalmente, no cotidiano escolar.

A escola tem importante função no processo de conscientização, orientação e instrumentalização dos corpos da criança e do adolescente. A instituição escolar, ao classificar os sujeitos pela classe social, etnia e sexo, tem historicamente contribuído para (re)produzir e hierarquizar as diferenças. Essa tradição deixa à margem aqueles que não estão em conformidade com a norma hegemônica e, desta forma, não contempla a inclusão da diversidade sexual, tão discutida e proposta na atualidade.

A escola democrática seria aquela que proporciona um espaço de inclusão social. A diferença não justifica a estigmatização ou a marginalização. Desta forma, o respeito à diferença e o direito à singularidade são fundamentos básicos na construção que potencializa as diferenças e valoriza a individualidade. Por isso, devemos refletir sobre a importância de disponibilizar uma Educação Sexual, no âmbito escolar, que enfoque a homossexualidade, assim como a travestilidade e a transexualidade, com naturalidade e normalidade.

Conforme constatamos nos relatos, aqui apresentados, vemos a necessidade de fortalecermos as propostas de educação para o respeito à diversidade sexual no ambiente escolar, não somente como proteção aos alunos, mas a todos que convivem e fazem parte do corpo escolar, para assim podermos reduzir os danos causados pelo preconceito, e fundamentalizar uma ação educativa capaz de debater questões referentes à sexualidade junto à sociedade.

O ambiente escolar deve constituir-se em um espaço e em uma educação menos desigual, mais humanizadora e que potencialize as habilidades humanas, até mesmo no modo de ver que há diferenças, mas reconhecer nelas e, através delas, as qualidades, vislumbres, edificações e dimensões que nos fazem grandes seres humanos. Únicos. Originais. Profundos.

HOMOSEXUAL TEACHERS – THEIR EXPERIENCES IN FRONT OF THE SCHOOL COMMUNITY

ABSTRACT: *This paper have to porpose develop a discussion about the daily problems experienced by homosexual teachers – whether men or women – into the school. Our initial assumption assumes that these teachers had suffering and still have suffering some kind of prejudice because of their sexual orientation. During the discussion, we adopt a qualitative approach and we base our analysis on the basis of discourse, in other word, we try to learn the experiences of teachers through their life narratives. Thus, were interviewed two gay teachers and one lesbian teacher, all they graduates who work or worked in the Junior High School and/or College. Our methodological strategy occurs in two situations: first, through a previous questionnaire consists of ten questions of personal identification in order to draw a profile of respondents. In a second stage, we use of a semi-structured questionnaire, with questions that focused more specifically the perception of teachers about homophobia in school. The end result of this work consists of reports where we could identify the school as an environment that reflects the sexism that pervades all the society, often reproducing the social structures, and thus reinforcing the prejudices and privileges of one sex over the other. Thus, we find that heterosexism is so imbued in the culture that becomes invisible in many of his most subtle attitudes, for example, in the case of jokes. The school environment replays the prejudices of society and, in an attempt to avoid socializing of heterosexuals students, with homosexual people it makes of homosexuality the biggest target of the discrimination. We conclude, therefore, that gender inequalities between the sexes and the marginalization of homosexual persons make these people become victims of an unfinished society, characterized by repression, oppression and misinformation. Finally, we must emphasize that this society is in constant claim of prejudice by means of a social-cultural discriminatory behavior. We believe so, that the alternative to eliminate the homophobia would be questioning, in other words, stimulate thinking all the time in which the asymmetry between the different genders and sexual orientations (heterosexual, homosexual, bisexual and over and over) can be expressed in daily life. Having said that, we understand the Sex Education as an opportunity to assume a position of equality and respect between human beings, with a view that in the school environment it takes a stance as a foundation for centering the discussions about the differences, changes of information, dialogues, debates and discussions.*

KEYWORDS: *Sexual orientation. Sexuality. Homosexuality. School. Teachers.*

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE GAYS, LÉSBICAS E TRANSGÊNEROS [ABGLT]. **Resoluções do I Congresso da ABGLT:** avanços e perspectivas. Curitiba: Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Transgêneros, 2006.

BRASIL. Ministério da Educação. **Instruções para apresentação e seleção de projetos de formação de profissionais da educação para a promoção da cultura de reconhecimento da diversidade sexual e da igualdade de gênero.** Brasília: MEC, 2006. Disponível em: <<http://www.portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/resumo.pdf>>. Acesso em: 23 abr. 2010.

BRITZMAN, D. O que é esta coisa chamada Amor – Identidade homossexual: educação e currículo. **Revista Educação e Realidade**, Porto Alegre, v.21. p.71-96, jan/jun. 1996.

CANDAU, V. M. (Org.). **Somos todos iguais?** escola, discriminação e educação em direitos humanos. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

DINIS, N. F. Educação, relações de gênero e diversidade sexual. **Educação & Sociedade**, Campinas, v.29, n.103, p.477-492, maio/ago. 2008. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em: 14/09/2009.

FACCO, L. **Era uma vez um casal diferente**: a temática na educação literária infanto-juvenil. São Paulo: Summus, 2009.

FRANCO, N. **A diversidade entra na escola**: histórias de professores e professoras que transitam pelas fronteiras das sexualidades e do gênero. 2009. 239f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2009.

JUNQUEIRA, R. D. (Org.). **Diversidade sexual na educação**: problematizações sobre Homofobia nas escolas. Brasília: Ministério da Educação/Secretária de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade/UNESCO, 2009.

LARROSA, J. B. J. Tecnologias do eu e educação. In: SILVA, T. T. da (Org.). **O sujeito da educação**: estudos foucaultianos. Petrópolis: Vozes, 1994. p.56.

LIONÇO, T.; DINIZ, D. (Org.). **Homofobia e educação**: um desafio ao silêncio. Brasília: Letras Livres: Ed. da Uniban, 2009.

LOURO, G. L. **Gênero, sexualidade e educação**. Petrópolis: Vozes. 1999.

_____. **O corpo educado**: pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica. 2001.

MELLO, L.; GROSSI, M. P.; UZIEL, A. P. As escolas e as filhas de lésbicas e gays: reflexões sobre conjugalidade e parentalidade no Brasil. In: JUNQUEIRA, R. D. (Org.). **Diversidade sexual na educação**: problematizações sobre homofobia nas escolas. Brasília: Secretária de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade: UNESCO, 2009. p.159-181.

MEYER, D. Gênero e educação: teoria e política. In: LOURO, G.; NECKEL, J. F.; GOELLNER, S. V. (Org.). **Corpo, gênero e sexualidade**: um debate contemporâneo na Educação. Petrópolis: Vozes, 2003. p.9-27.

MOLINA, L. P. P. **Professores homossexuais**: suas vivências frente à comunidade escolar. 2010. 108f. Monografia (Especialização em Psicologia Aplicada à Educação) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2010.

MOTT, L. **Homossexualidade**: mitos e verdades. Salvador: Ed. Grupo Gay da Bahia,

2003.

OLIVEIRA, R. M. Fronteiras invisíveis: gêneros, questões identitárias e relações entre movimento homossexual e Estado no Brasil. **Revista Bagoas**, Natal, n.4, p.160-172, 2009.

SFFENER, F. (Org.). **Qual história? Qual ensino? Qual cidadania?** São Leopoldo: Ed. da Unisinos, 2006.